

RESISTÊNCIAS EM REDE:

Uma análise das articulações entre cidadania, comunicação e consumo a partir do vídeo “Bichas: o documentário”

RESISTANCES IN THE NETWORK:

An analysis of the articulations among citizenship, communication and consumption from the video “Bichas: o documentário”

Hadriel Theodoro

Resumo: Em nossa sociedade e cultura, as bichas são reiteradamente discriminadas, tanto pela estigmatização de um desejo homoerótico quanto pelas expressões de gênero que transpõem as barreiras de um ideal de masculinidade hegemônico. Elas sofrem, por consequência, com uma série de violências, simbólicas e físicas, que as coloca em um lugar de precariedade. Dado este contexto, o presente artigo visa refletir sobre os modos de apropriações e usos das mídias alternativas (sobretudo a Internet) para a criação, circulação e consumo de discursos contra-hegemônicos sobre a homossexualidade e as expressões de gêneros que a englobam. Para tanto, o vídeo “Bichas: o documentário” é tomado como o objeto de análise. Veiculado no site de compartilhamento de vídeos YouTube, “Bichas” teve mais de 479 mil acessos desde a sua divulgação (em fevereiro de 2016). A metodologia empregada se pauta na análise dos discursos das seis bichas que relatam suas vivências. De modo geral, pode-se afirmar que as mídias digitais possuem um forte potencial de articulação no sentido de promover engajamentos em sentidos diversos. No caso das bichas, elas demonstram ser uma importante ferramenta para a demanda por cidadania e transformações sociais.

Palavras-chave: bichas; estudos de gênero e sexualidade; cidadania; comunicação; consumo.

Abstract: In our society and culture, the fags are repeatedly discriminated based on the stigma of a homoerotic desire and the expressions of gender transposing the barriers of an ideal of hegemonic masculinity. They suffer, as a result, with a lot of violence, symbolic and physical, that puts them in a place of precariousness. Given this context, this article aims to reflect on the ways of appropriation and use of alternative media (especially the Internet) for the creation, circulation and consumption of speeches counterhegemonic about homosexuality and the expressions of gender. Therefore, the video “Bichas: o documentário” is taken as the object of analysis. Published on the YouTube, it had more than 479 thousand accesses since the publication (in February 2016). The methodology is guided in the analysis of the speeches of the six fagots who report their experiences. In general, it can be stated that digital media have a strong potential for articulations to promote engagement in different directions. In the case of fagots, they prove to be an important tool for the demand for citizenship and social transformation.

Keywords: fagots; gender and sexuality studies; citizenship; communication; consumption.

Por entre desejos e sexualidades: algumas considerações iniciais

A bicha que deve ser mais valorizada é a bicha afeminada. É aquela bicha que dá a cara a tapa a todo momento, e desde criancinha sofre preconceito, cresce com isso e amadurece muito mais rápido. A cara do movimento gay é a bicha afeminada. E aí a gente deveria ter essa ideia de que a gente pode ser o que a gente quiser.

Italo Amorin, em “Bichas: o documentário”

Os desejos fazem parte de nossa constituição enquanto sujeitos. De fato, somos o que Foucault (1984) nomeia de “sujeitos de desejo”. Neste sentido, eles se tornam fonte de subjetividades múltiplas. Quando falamos especificamente sobre os desejos sexuais, precisamos ter em mente que eles assumem formas e significados cambiantes, socioculturalmente engendrados. Os desejos sexuais são fluidos, plurais, escorrem pelas amarras sociais, transgridem normas, rompem moralidades. Assim sendo, reverberam nos modos de experienciarmos e vivenciarmos nossos corpos, nos prazeres e seus usos, nas afetividades e nas técnicas de construção de si.

Tendo em vista tal potencial, não seria difícil de se supor que os desejos sexuais são geralmente apreendidos como um risco ou perigo às sociabilidades, sendo associados à desordem, à destruição, às armadilhas do descomedimento. Esse é um processo histórico, que faz parte da genealogia dos desejos sexuais no Ocidente (FOUCAULT, 1984). É a partir desta compreensão dos desejos que corpos, práticas sexuais e prazeres são regulados, em cada sociedade e cultura, por meio de códigos éticos e morais. Baseadas neles, algumas formas de desejo podem ser representadas como anômalas, desviantes, patológicas. Este é o caso da homossexualidade.

Há pelo menos dois séculos a compreensão sobre a homossexualidade vem sendo construída tomando como base uma vertente normativa (FOUCAULT, 1984). A homossexualidade é alocada no interior de um sistema de normas onde irá ocupar reiteradamente um *locus* inferior, a patentear a hierarquização dos desejos, sexualidades e identidades sexuais. Para Rubin (2003), é como se houvesse uma pirâmide social dos desejos e práticas sexuais. Em seu topo, reinando em absoluto, estariam os heterossexuais maritais e reprodutivos, mas:

Na medida em que os comportamentos sexuais ou ocupações se movem para baixo da escala [seguindo a ordem: casais heterossexuais monogâmicos não casados; sujeitos heterossexuais solteiros; casais lésbicos e gays de longa duração; sujeitos homossexuais solteiros; transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas e trabalhadores do sexo; sujeitos cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais], os indivíduos que os praticam são sujeitos com presunção de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas (RUBIN, 2003, p. 16).

Fica claro que esse processo de valoração acarreta profundos reflexos sociais, culturais, políticos, educacionais, médicos, jurídicos, midiáticos, etc. No que concerne à homossexualidade, uma vez delineados os contornos de um sujeito heterossexual padrão, culturalmente prestigiado, ela passa a ser concebida como uma forma de desejo,

de expressão e de identidade sexual desviantes. Torna-se uma ameaça (metafórica) à própria manutenção da espécie e das sociedades.

Assim sendo, aquelas(es) que se expõem publicamente enquanto sujeitos de um desejo homossexual estão suscetíveis a uma série de precariedades, tais como a estigmatização social; a perda de direitos e de cidadania; a medicalização e psiquiatrização de sua existência; violências simbólicas e físicas; a marginalização e a discriminação. Tais consequências se estendem no decorrer da modernidade. Até a década de 1970, por exemplo, a homossexualidade era considerada uma doença pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) e ainda hoje ela é tida como crime passível de morte em países como Arábia Saudita, Irã, Somália e Nigéria. Com efeito, a homossexualidade se converte em um pânico sexual e, como defende Rubin (2003, p. 26), “cada pânico sexual ou campanha moral deposita novas regulações como um tipo de registro fóssil de sua passagem”.

Por outro lado, devemos considerar que as construções de sentido acerca dos desejos, sexualidades e práticas sexuais estão inscritas em um campo de batalha, que sempre é muito efervescente. Isso porque diferentes segmentos sociais e/ou instituições, como a Igreja, o Estado, o sistema jurídico, as(os) legisladores(as), a família, etc., criam discursos, morais e ideologias sexuais que visam circunscrever as possibilidades experienciais dos sujeitos de desejo. No âmbito desses constantes embates, desde a década de 1950 movimentos civis homossexuais começaram a se articular politicamente, por meio de engajamentos e ativismos em diferentes frentes, na Europa e nos Estados Unidos. Emergem as políticas sexuais, cujo conceito:

(...) permite interpelar simultaneamente múltiplas dimensões da gestão social do erótico e do sexual e explorar a coexistência, às vezes conflitiva, de distintos e muitas vezes contraditórios estilos de regulação moral, compreendidos aqui como conjuntos singulares de técnicas de produção de sujeitos, ou seja, de pessoas dotadas de certa concepção de si e de certa corporalidade (CARRARA, 2015, p. 325).

De modo geral, os movimentos civis homossexuais (e mais amplamente os movimentos LGBTIQ¹) vêm atuando, tanto no contexto brasileiro quanto internacional, com o intuito de garantir liberdade, cidadania e direitos aos homossexuais (e aos sujeitos tidos como desviantes sexuais e/ou de gênero). Na contemporaneidade, essas lutas são fomentadas e amplificadas a partir do espriamento das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), com destaque à Internet.

Remodelando a produção e o consumo midiáticos, a Internet possibilita que a geração e a veiculação de conteúdos sejam realizadas por uma maior quantidade de pessoas e instituições, horizontalizando uma estrutura que até então era bastante hierárquica (poucos detinham a possibilidade de se comunicar com muitos). Assim, ela “permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global” (CASTELLS, 2003, p. 8). Os espaços online emergem, portanto, como um profícuo ambiente para mobilizações, debates, engajamentos e ativismos, tornando-se um “palco de ação política” (CARVALHO; CARRARA, 2015, p. 396). E, por mais que a Internet também propicie a multiplicação de discursos conservadores e discriminatórios, sua faculdade comunicativa para as minorias representativas, incluindo as minorias sexuais, é inegável.

¹ A sigla se refere a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e queer.

Nesta perspectiva, as práticas de consumo que envolvem a Internet irão se associar muito proximamente à cidadania. Considerando as práticas de consumo centrais nas sociedades modernas e contemporâneas, a compreender que elas vão muito além de um viés consumista ou supérfluo, verificamos que o consumo atua como um vetor de sentidos sociais coletivamente compartilhados, ordenando as sociabilidades (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009). Isso significa que as maneiras de consumir implicam em formas de exercício da cidadania. Para Canclini (2010), a difusão do acesso e do consumo das mídias digitais viabiliza a afluências de massas populares à esfera pública, o que desloca o exercício da cidadania em direção à comunicação midiática e, obviamente, às dinâmicas de consumo que as abarcam.

Ante as considerações até aqui desenvolvidas, pretendo refletir a respeito das potencialidades das TICs para a produção, circulação e consumo de discursos contra-hegemônicos acerca da homossexualidade. O objetivo é verificar, a partir do vídeo “Bichas, o documentário”², divulgado no site YouTube³, as apropriações midiáticas das TICs no sentido de promover resistências contra as normatizações de desejos, sexualidades e expressões de gênero compreendidos nesse modo tão particular de ser, de ser bicha.

Percurso metodológico

Tomei conhecimento do documentário *Bichas* no site de rede social Facebook, onde foi amplamente divulgado por pessoas e páginas de alguma forma relacionadas com as causas da comunidade LGBTIQ. Os consumos midiáticos em torno do vídeo ficam evidentes pelo número de visualizações: mais de 479 mil desde sua publicação, em 20 de fevereiro de 2016.

O documentário foi produzido e dirigido por Marlon Parente, e apresenta os depoimentos de seis bichas: Bruno Delgado, Igor Ferreira, Italo Amorim, João Pedro Simões, Orlando Dantas e Peu Carneiro⁴. Em entrevista concedida ao portal de notícias UOL⁵, Marlon afirma que a ideia de realizar o documentário veio após ele e alguns amigos serem ameaçados com uma arma por um desconhecido, na cidade de Recife. Este teria dito: “Suas bichas, vou atirar em você”. Assim, o documentário é fruto de uma experiência homofóbica, mas tenciona produzir um empoderamento a todas as bichas: “Eu tinha duas opções: deixar esse episódio tomar conta de mim e me corroer ou fazer algo para que eu pudesse superar.”, relata Marlon ao UOL.

A concepção do documentário é bastante simples: expõe os relatos de seis jovens no que concerne às suas experiências de vida permeadas pela (homo)sexualidade. Para a análise aqui proposta, irei me pautar nos relatos dessas

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0cik7j-0cVU>>.

³ Site que possibilita aos(às) usuários(as) o carregamento e compartilhamento de vídeos em formato digital. Atualmente ele pertence ao grupo Google Inc.

⁴ Opto por conversar o nome verdadeiro dos participantes do documentário, haja vista que os mesmos podem ser encontrados na descrição do vídeo no YouTube, que é acessível a qualquer usuária(o) do site. Este também é um ato de empoderamento em relação aos participantes, pois ocultar seus nomes corresponderia a ocultar suas identidades sexuais, ou seja, seu posicionamento identitário enquanto bichas.

⁵ Disponível em: <<http://cinema.uol.com.br/noticias/redacao/2016/02/25/ao-custo-de-r-10-documentario-bichas-nasceu-apos-ameaca-com-revolver.htm>>. Acesso em: abril de 2016.

jovens bichas, procurando apreender em seus discursos as potencialidades de articulação contra-hegemônicas no que se refere à sexualidade. Neste ponto estão englobadas questões intimamente associadas aos direitos e à cidadania dos sujeitos homossexuais, e, mais especificamente, das bichas.

Por fim, é válido salientar que, como o documentário tem mais de 40 minutos de duração, precisei selecionar somente algumas passagens para a análise, dado o limite da extensão deste trabalho. Buscando exemplificar precariedades às quais as bichas estão propensas em nossa sociedade e cultura, a seleção se pautou nas temáticas centrais do documentário e considerou as vozes de todos seus seis integrantes.

“Eu sou bicha”: dos discursos contra-hegemônicos às demandas por cidadania

Início a análise pelo modo de apresentação de cada um dos participantes do documentário:

Oi, meu nome é Joao Pedro, mais conhecida como Peu, Peutney, ou Britney, ou Lara Beckney...

Meu nome é Bruno. Eu sou bicha. Tenho 24 anos. E a minha idade eu não revelo.

Eu sou João Pedro, eu tenho 21 anos, eu sou bicha e eu sou preta.

Meu nome é Igor. Eu tenho 19 anos, eu sou drag queen e eu sou bicha.

Meu nome é Italo. Eu tenho 26 anos e eu não tenho a menor vergonha de ser bicha.

Meu nome é Orlando Dantas. Eu tenho 22 anos e eu sou bicha.

Na fala dos seis jovens se evidencia um rompimento em relação às normatizações do gênero. Ser bicha não significa apenas expressar um desejo homossexual, mas, também, atravessar as barreiras do masculino em direção ao feminino e, assim sendo, flexibilizar um ideal hegemônico de masculinidade. Peu e João Pedro, por exemplo, referem-se a si mesmos gramaticalmente no feminino (“conhecida”; “preta”), a corroborar essas fraturas até mesmo em nível linguístico. Destaca-se igualmente um posicionamento que toma a característica “bicha” como um constituinte de suas identidades, de uma identidade pública que almeja ser, além de legitimada, ressignificada.

Neste ponto devemos compreender que a categoria “bicha” se inscreve em um sistema de representações sobre os gêneros e as sexualidades que varia cultural, social e historicamente. Na concepção de Fry (1982, p. 90), ela “se define em relação à categoria “homem” em termos de comportamento social e sexual”, uma vez que “enquanto o “homem” deveria se comportar de uma maneira “masculina”, a “bicha” tende a reproduzir comportamentos geralmente associados ao papel de gênero (gender role) feminino”. Tal percepção, bastante estereotipada, está fortemente impregnada no imaginário brasileiro, que compreende a bicha em termos de desvio, de anormalidade, de poluição. Seguindo seus liames, iremos averiguar a bicha como um contraponto da própria “essência” de “homem”. A bicha, ademais, pode inclusive se objetar a ideias de masculinidade que estão fortemente presentes em uma economia dos copos, desejos, prazeres e expressões de gênero entre os próprios homossexuais.⁶

⁶ Como exemplo, cf. Dos Reis (2012).

Levando isso em consideração, quando os participantes do documentário se afirmam bichas, valendo-se intencionalmente de estruturas gramaticais femininas, observamos uma ruptura discursiva e identitária tanto em relação às amarras heteronormativas⁷ que recaem sobre as experiências de um desejo homossexual quanto aos ditames hierárquicos do gênero. No entanto, esse processo de construção identitária, tida como desviante, não está livre de embates, como exemplificado no relato de João Pedro:

João Pedro: Minha mãe, ela descobriu lendo uma conversa no meu Facebook com o meu amigo, a gente falando sobre boys e tal... Ela me chamou pro quarto. Ela estava tipo em lágrimas. Eu pensei: “não, vai ser agora”. Quando eles descobrem a *sexualidade* do filho *fora do padrão* eles falam toda aquela coisa clichê e minha mãe não foi diferente, uma coisa que eu fiquei surpreso, porque minha mãe sempre foi a mais liberal da família, a tia mais legal, mais jovem. Mas quando aconteceu dentro da casa dela, ela virou o “comum” dos pais. Eu achei que ia ser mais tranquilo, mas acabou que não foi tão de boa. Ela perguntou coisas do tipo: se não era uma fase, por que eu era assim. Eu disse: “Não mãe, *não é uma fase. É minha vida. Sou seu.*” [...] Estabeleci minhas condições e minhas metas, e falei pra ela o que é que ia ser, eu vou ser assim, e pare, porque senão não vai rolar. E graças ao Facebook, às minhas militâncias, às militâncias de meus amigos, ela foi vendo coisas, e compartilhando, e achando coerente, e desconstruindo a questão da *homofobia*.

Verifica-se que a afirmação de uma identidade sexual divergente das normas hegemônicas gera conflitos até mesmo no âmbito familiar. Em seu caso, nem sequer o “sair do armário” advém de sua própria vontade, mas da descoberta de uma conversa “comprometedora” por parte de sua mãe. Esta, por sua vez, não aceita prontamente a sexualidade de seu filho, chegando a questionar se não seria algo temporário, passageiro. Torna-se evidente, portanto, a função da família enquanto uma instituição reguladora das sexualidades. De acordo com Rubin (2003, p. 31), elas “têm um papel crucial no reforço da conformidade sexual. Muito da pressão social é trazida para suportar a negação aos dissidentes eróticos dos confortos e recursos que a família possui”. Isso porque “a ideologia popular sustenta que não se espera da família produzir ou acolher a não conformidade sexual” (RUBIN, 2003, p. 31).

O interessante de se notar é o papel fundamental que uma mídia (o Facebook) terá para a mãe de João Pedro no processo de aceitação da sexualidade de seu filho: “ela foi vendo coisas, e compartilhando, e achando coerente, e desconstruindo a questão da homofobia”. As articulações das comunicabilidades em tal site de rede social impactaram o modo de ela lidar com a homossexualidade e com as aversões e preconceitos que a perpassam.

Já Orlando demonstra que os enfrentamentos sociais a que a bicha está suscetível não se restringe ao contexto familiar nem ao momento de sair do armário, mas acompanha suas vivências desde muito cedo.

⁷ Conceito fundamentado pelo pesquisador estadunidense Michael Warner, em 1991. Refere-se a um dispositivo histórico que eleva a heterossexualidade a um patamar de substância constitutiva do sujeito e da sociedade. A partir dessa concepção, a heteronormatividade (re)produz processos regulatórios que visam ordenar as sociabilidades, conservando a heterossexualidade sempre como natural, coerente, elementar. É pertinente mencionar que a heteronormatividade pode ser reiterada inclusive em sociabilidades não-heterossexuais, ou seja, até mesmo sujeitos “desviantes” estão suscetíveis a pautar suas vivências a partir de tal modelo, o que demonstra sua potência.

Orlando: Os meus pais têm uma *reluta para aceitar o meu jeito e a minha sexualidade*. Desde de criança... Se eu pegava uma camisa rosa, aí falavam assim: “Não, essa não fica muito bem em tu. Vê essa daqui azul.” Um jeito que meu pai me repreendia muito, sem necessariamente expor que era assim “Tu tá sendo muito bicha”, era *puxar meu cabelo*. Todos os apelidos possíveis que incluía Orlando e gay tinha [...] Era péssimo porque eu tava lá vivendo a minha vida normal, de boa, e o povo ficava gritando isso pra mim. Eu ficava sem entender, mas eu sentia aquele mal, aquela *maldade por trás da palavra* quando o povo falava isso pra mim. Eu só sentia mal e ficava confuso.

As repreensões provenientes de seus pais, que chegam a ser físicas (“puxar o cabelo”), são pautadas sobretudo nas restrições aos códigos socioculturalmente prescritos ao feminino, marcando a sua infância. Orlando também descreve como termos e/ou expressões que em geral designam o sujeito homossexual podem ser saturadas com uma carga negativa de sentido, convertendo-se em uma forma de depreciação, em uma violência simbólica. As palavras de Peu ratificam esta assertiva:

Peu: [...] Eu tava dançando assim pras minhas amigas, e umas meninas de uma série mais velha viram [...], adoraram e pediram pra eu dançar no recreio. E eu fui dançar no recreio. [...] Aí eu fui lá e comecei a dançar e tal. E *todos os meninos mais velhos jogaram lixo em mim*. Tipo, *pegavam o lixo e jogavam*. Podia ser qualquer coisa. Eu tava dançando Shakira, só isso. Eu só estava dançando Shakira. Não estava ofendendo ninguém, não estava apontando ninguém. Mas eles queriam me *xingar* e jogar lixo o tempo todo. Eu entendia porque era, porque eu não sou otária: porque eu era *uma bicha*, em cima de um batentezinho, rebolando a minha bunda e fazendo a Shakira... Como é que você fica depois disso? Isso machuca.

101

Peu afirma que, ao dançar uma música em sua escola durante o intervalo, outros meninos se sentiram no direito de ofendê-lo e de agredi-lo, verbal e fisicamente. Em seu entendimento, isso foi devido ao fato de ser uma bicha. Conforme sustenta Butler (2011), atravessar as barreiras normativas do gênero e da sexualidade coloca o sujeito em um lugar de inintegridade, onde sua própria condição de humano fica comprometida. Abre-se espaço para múltiplas violências que, muitas vezes, são socialmente aceitas, tidas como normal, uma espécie de punição esperada a todas e a todos que contrariam a norma hegemônica. O lixo, em tal acepção, passa a ser uma metáfora da própria estrutura e funcionamento de nossa sociedade. As marcas dessas violências se impregnam nas vivências das bichas, e, como declara Peu, machucam.

O uso de signos linguísticos para compor formas de violências simbólicas e os danos que acarretam aos sujeitos que as experienciam é um tema recorrente no documentário, a salientar uma realidade social bastante conhecida pelas bichas:

Igor: Queriam me zuar, me *xingar* de “*bicha*”, de “*gay*”, de “*viado*”, do que fosse, e eu não queria aqueles adjetivos relacionados a mim. Então, eu passei a odiar o que aquilo era, entendeu? Eu passei a odiar o que a bicha era, o que o viado era, porque o que eles eram só fazia com que existisse uma coisa pras pessoas me zuarem, entendeu? A palavra machucava. [...] E ela não só me machucava naquele momento, como ela reforçava meu pensamento de não querer ser bicha.

A carga semântica embutida em termos como “bicha”, “gay” e “viado” era tão fortemente negativa que Igor passou a sentir repulsa por elas, por essas palavras que designavam também a sua sexualidade e identidade sexual. Aqui está a armadilha. Ao serem apropriadas como formas de depreciação em relação ao Outro, como ofensa, o que se intenta macular é a própria homossexualidade, e, obviamente, toda pressuposição de feminilidade por detrás dela. Mas há dentre os participantes do documentário a consciência de que a (re)apropriação desses signos pode ser realizada, viabilizando uma ressignificação, como observamos nas falas de Ítalo:

Ítalo: A partir do momento em que uma pessoa lhe chama de bicha e você não se ofende com aquilo, você aceita aquilo como um *elogio* mesmo, acabou a agressão. “Okay, querida, sou bicha sim. E aí? Obrigada. Descobriu o Brasil! E agora? Diz outra coisa aí! Porque isso aí não ofendeu não. Eu adorei! Eu sou bicha sim”. Sabe? Você pode usar essa arma que eles apontam pra você de volta.

A palavra é apreendida literalmente como uma arma; uma arma que é *a priori* direcionada à bicha no intuito de promover desprezo, prejuízos de valor, humilhação, afrontas. No entanto, devemos considerar que os sentidos que envolvem os signos são construções compartilhadas, ou seja, nunca estáticas. Suas dinâmicas facultam a mutabilidade das significações, a partir das quais a palavra pode ser (re)disposta no jogo das relações sociais. Sendo assim, o termo “bicha” é adotado como uma forma de empoderamento. Aí se encontra seu poderio bélico.⁸ Isso significa a busca de um esvaziamento de sentido para a recomposição de significados positivados, importantes para que as bichas possam se inserir nesse território de embates ideológicos e transformar uma representação profundamente estigmatizada.⁹

Outro dos participantes do documentário aponta para o fato de que tais violências simbólicas, ultrapassando as palavras em si, podem encontrar um terreno fértil também nos domínios institucionais:

Bruno: [...] Quando eu tinha uns oito anos, eu entrei numa terapia, por conta do meu comportamento. Era terapia cognitiva comportamental. E aí eu comecei a ser *treinado pra agir diferente*. Na verdade, comecei a ser ensinado que tudo que eu fazia tava errado. As coisas que eu brincava, as pessoas que eu brincava, o jeito que eu falava, o jeito que eu andava... Então, na terapia, ela gravava tudo o que eu dizia pra eu ouvir depois. Ela fazia eu repetir as mesmas coisas com uma outra voz, *pra treinar uma voz mais masculina*. Eu caminhei várias vezes pela sala *pra treinar um caminhar de homem*. Eu fiz um tipo de caligrafia também, *pra escrever igual a um menino*. E ela falava, por exemplo, meu “a” e meu “o”, eles eram quase iguais. E ela falava que isso era uma coisa muito errada, *porque eu tinha que diferenciar o que era masculino e feminino*. E eu lembro muito disso, porque parece uma besteira quando você fala assim, fora de contexto,

⁸ Como mencionei anteriormente, esse é um processo que tem fortes laços sociolinguísticos. Perceba na fala dos integrantes do documentário, por exemplo, como o gênero gramatical feminino se miscigena ao masculino. Há uma ruptura nos usos normativos da linguagem, que, consciente ou inconscientemente, tentam estabelecer uma mudança mais ampla, social e cultural.

⁹ Táticas como essa são empregadas há bastante tempo. Fry (1982) ressalta que os recém-criados grupos homossexuais no Brasil da década de 1970 já ambicionavam essa mudança semântica em relação aos termos que designavam uma identidade homossexual. “(...) Ao buscar essa nova identidade, os movimentos adotaram o termo “bicha”, que procuram esvaziar de suas conotações pejorativas” (Fry, 1982, p. 106).

mas era uma coisa que me marcou muito. E eu não conseguia e não me sentia bem fazendo as coisas que ela queria que eu fizesse. [...] E isso não acabava quando eu saía da sala de terapia, porque ela tinha criado uns sinais com a minha mãe e com meu irmão. Então, *se eu me comportasse de uma maneira errada em público*, a minha mãe e meu irmão tinham de me *corrigir*. [...] E aí começou aquela perseguição na minha cabeça... Sobretudo, no meu comportamento, sobre minha personalidade, sobre tudo. Aí eu achei melhor me fechar pra tudo.

As expressões e comportamentos afeminados de Bruno são tomados pela profissional como anômalos. Investe-se, por conseguinte, em uma estratégia para suprimi-los. Trata-se de uma estratégia extremamente coercitiva e correccional. Os símbolos do feminino visam ser extraídos das corporalidades de uma criança entendida como um futuro homem, padronizado, a cumprir seu papel dominante. Os modos de agir, o jeito de falar, a postura ao andar e até mesmo a caligrafia são entendidos como cindidos entre o feminino e masculino. Há, por conseguinte, uma moral generificada e generificante que busca impor a esta criança um modo de ser específico, de acordo com as normas e padrões sociais vigentes. É relevante notarmos nessa situação a psicologização e, de certo modo, a patologização das expressões de gênero tidas como inadequadas ao sexo masculino.

Podemos compreender essas questões como reflexo de um processo histórico que ocorre desde o século XIX, em que algumas áreas do conhecimento intentam a construção de verdades sobre as sexualidades. Isso diz respeito um essencialismo sexual, que “é incorporado no saber popular das sociedades ocidentais, as quais consideram o sexo como eternamente imutável, a-social e transhistórico” (RUBIN, 2003, p. 11-12). Desde então, dominado “pela medicina, psiquiatria e psicologia, o estudo acadêmico do sexo tem reproduzido o essencialismo” (RUBIN, 2003, p. 12). Segundo Fry (1982), há uma invasão da medicina no campo da moral, circunscrevendo a sexualidade do homem à heterossexualidade, que deve ser exercida no seio do matrimônio. Para além desses limites resta tão somente uma compreensão patológica dos desejos, dos comportamentos sexuais e das expressões de gênero, reinando uma concepção que os ata a ideais extremamente rígidos concernentes às noções de feminilidade vs. masculinidade, mulher vs. homem, homossexualidade vs. heterossexualidade.¹⁰

Por fim, selecionei a última fala do documentário para abordar as questões relacionadas à atuação política das bichas.

Peu: Todas as gays, elas devem sair sim, mostrar a cara, botar a cara no sol, dizer que é bicha mesmo. Viva a sua vida, cara. Se tu quer ir lá, entrar numa roda de samba e querer sambar feito Sheila Carvalho, vai lá e samba, querida, igual. O que que tem? Você não está vivendo a sua vida. Não está se divertindo? Você não está sendo você? Então, faça. Faça. Você está maltratando alguém? Não. Então faça. Eu acho que a luta, ela é assim. É perigoso, *mas a gente tem que mostrar*,

¹⁰ Esses conflitos entre saberes e poderes envolvendo a sexualidade se estendem aos dias atuais. Em 2013, por exemplo, foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional um projeto que permitia aos psicólogos promover tratamentos para curar a homossexualidade. Isso levou o Conselho Federal de Psicologia (CPF) a se posicionar contra tal resolução. Como consta em uma nota de esclarecimento do CPF, “Estão sim proibidos as(os) psicólogas(os) de exercerem qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, e adotarem ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados”. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/nota-de-esclarecimento/>>.

porque se a gente não mostrar e ficarem pressionando para gente não ser bicha, eles vencem. E, querida, quem vai ganhar é a bicha. Certeza.

A exposição de *Peu* corrobora que a luta para a mudança das condições de risco e de vulnerabilidade às quais a bicha está constantemente impelida se entremeia em suas visibilidades. Coligadas a fundamentos socioculturais que conferem a certas imagens, por meio de dinâmicas do consumo, um status de deferência social, as visibilidades são primordiais às sociabilidades de todos os sujeitos em situação de precariedade. Por isso, ser visível se torna verdadeiramente importante para a bicha, assim como para tantas outras minorias representativas.

Mas devemos ponderar que a visibilidade “apenas se realiza (...) no momento do consumo, da recepção, da codificação, da interpretação e da tradução” (Rocha, 2009, p. 273), ou seja, ela depende de uma série de articulações para se efetuar. Isso significa que nem tudo o que é visível adquire visibilidade. No que se refere especialmente à visibilidade midiática, observamos por meio das TICs a existência de poros ou fissuras que possibilitam uma maior inserção de discursos, verbais e imagéticos, que vão contra os modelos hegemônicos que regimentam de modo redutor e discriminante os gêneros e as sexualidades.

Resistências em rede: das considerações finais

Castells (2011, p. 23, tradução do autor) afirma que “o poder da comunicação está no centro da estrutura e da dinâmica da sociedade”. Logo, micro e macropoderes são intrinsecamente associados às comunicabilidades. Dito de outro modo, comunicação é poder. Na contemporaneidade, como vimos, essas comunicabilidades são fortemente marcadas pelas TICs, com a proeminência do digital. O referido autor compreende este âmbito como o constituinte de uma “sociedade em rede”, isto é, “o processo de formação e exercício das relações de poder se transforma radicalmente no novo contexto organizativo e tecnológico derivado do auge das redes digitais de comunicação global (...)” (CASTELLS, 2011, p. 24, tradução do autor).

Assim sendo, a continuada disseminação das TICs influi nas práticas de consumo, ao mesmo tempo em que se consolida um intenso consumo dessas tecnologias. No interior de tal processo de retroalimentação entre ambas as esferas, a cidadania se redispõe em novos modelos de organização e atuação, que passam cada vez mais a se pautar nas produções, veiculações e consumos midiáticos, principalmente os de mídias alternativas. Em aditamento, como afirma Moraes (2000, p. 143):

A cada nó que se soma à rede em expansão contínua, incorporam-se novos usuários, os quais se convertem, potencialmente, em produtores e emissores de informações novas e imprevisíveis, em condições de serem consumidas instantaneamente, sem barreiras geográficas, sem fusos horários e sem grades de programação. A dinâmica da Internet como um sistema universal desprovido de centros fixos de enunciação e também de significações unívocas não encontra paralelo nos meios de comunicação que conhecemos até hoje. Cabe à capacidade cognitiva de seus usuários determinar, por conta própria, como se vão reorganizar, a todo momento e interativamente, as partes das conexões globais.

Fomenta-se uma ambiência na qual os engajamentos, individuais ou coletivos, dispõem de potentes ferramentas comunicacionais. Os sujeitos e os movimentos sociais

passam a contar com um espaço público proporcionado pela substância reticular da Internet (e, mais extensivamente, de outras TICs). Nas interações e comunicabilidades online, podem ser engendrados tanto o fortalecimento da cidadania quanto os questionamentos de hegemonias há muito cristalizadas (Moraes, 2000). O acesso a esses contextos comunicacionais alternativos, e, conseqüentemente, seu consumo, difunde a emergência de vozes até então silenciadas e de corporalidades e desejos até então fadados à resignação diante do estigma social, da discriminação e da falta de um dos direitos humanos mais básicos: o direito de existir, em sua plenitude. Ou seja, tais processos de comunicação influem decisivamente “na forma de construir e desafiar as relações de poder em todos os campos das práticas sociais (...)” (CASTELLS, 2011, p. 24).

Nas análises efetuadas acerca do documentário *Bichas*, verifica-se que, a partir de uma plataforma digital (o site de compartilhamento de vídeos YouTube), discursos contra-hegemônicos a respeito dos gêneros e das sexualidades são dispostos em redes sociocomunicativas com a finalidade de revelar as precariedades das condições de vida das bichas. E, mais significativo, esses discursos são provenientes das próprias bichas, o que patenteia as potencialidades comunicacionais dirigidas às visibilidades e às vozes de um tipo de existência tida como subalterna, como perturbadora de um ideal ordenatório dos desejos, sexualidades e gêneros. As dinâmicas interacionais favorecidas pelas TICs são, neste sentido, inegavelmente indissociáveis de uma promoção da cidadania. De fato, elas nutrem as redes de resistência (online e off-line) dos sujeitos impelidos a formas de emudecimento e invisibilização.

Referências

- BUTLER, Judith. 2011. Vida precária. *Contemporânea*, Salvador, n. 1, p. 13-33.
- CANCLINI, Néstor García. 2010. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 290 p.
- CARRARA, Sérgio. 2015. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no brasil contemporâneo. *Mana*, v. 21, n. 2, p. 323-345.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima; CARRARA, Sérgio. 2015. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. *Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura*, v. 13, n. 2, p. 382-400.
- CASTELLS, Manuel. 2011. *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza Editorial, 680 p.
- _____. 2003. *A galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 244 p.
- DOS REIS, Ramon Pereira. 2012. “Eu tenho medo de ficar afeminado”: performances e convenções corporais de gênero em espaços de sociabilidade homossexual. *Revista do NUFEN*, v.4, n.1, p. 73-87.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. 2009. *O mundo dos bens*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 296 p.
- FOUCAULT, Michel. 1984. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 231 p.
- FRY, Peter. 1982. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 135 p.

MORAES, Dênis de. 2000. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, vol. XXIII, n. 2, p. 142-155.

ROCHA, Rose de Melo. 2009. É a partir de imagens que falamos de consumo: reflexões sobre fluxos visuais e comunicação midiática. *In: Comunicação e consumo nas culturas locais e global*. CASTRO, Gisela G. S.; BACCEGA, Maria Aparecida (Orgs.). São Paulo: ESPM, p. 268-293.

RUBIN, Gayle. 2003. Pensando sobre Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *cadernos pagu*, n. 21. p. 01-88.